



Café, Finanças e a Expansão da Rede Bancária no Sul de Minas (1909-1920)

Coffee, Finance, and the Expansion of the Banking Network in the South of Minas Gerais (1909-1920)

Rafaela Carvalho Pinheiro; FFLCH-USP; racarpinheiro@gmail.com

RESUMO: A formação de uma rede bancária em Minas Gerais deu-se tardiamente em relação a outras localidades: apenas a partir de 1909. O levantamento das informações sobre os bancos e seus banqueiros não deixam dúvidas de que os bancos sul-mineiros tiveram sua origem nas fortunas acumuladas com atividades agropastoris, notadamente o café. É importante considerar a relação entre bancos, café e estações ferroviárias para cada cidade que fundou sua própria instituição nesse período. No entanto, faz-se importante ressaltar que os homens de negócio, sempre que identificados, mantinham relações estreitas com a produção e comércio de café, fazendo também parte do financiamento das lavouras por meio de uma instituição bancária própria. Assim, é possível afirmar que as fortunas abriam espaço para o surgimento dos primeiros bancos locais, cujas oportunidades proporcionavam grandes riquezas na diversificação dos negócios, bem como forneciam recursos para manutenção e expansão dos cafezais sul-mineiros.

Palavras-chave: Café. Bancos. Sul de Minas.

ABSTRACT: The formation of a banking network in Minas Gerais occurred relatively late compared to other regions, starting only from 1909. The gathered information about the banks and their bankers leaves no doubt that the banks in southern Minas Gerais originated from the fortunes accumulated through agropastoral activities, notably coffee. It is important to consider the relationship between banks, coffee, and railway stations for each city that established its own institution during this period. However, it is worth emphasizing that businesspeople, whenever identified, maintained close ties with coffee production and trade, also being involved in financing the plantations through their own banking institution. Thus, it can be affirmed that these fortunes created opportunities for the emergence of the first local banks, which not only provided great wealth through business diversification but also supplied resources for the maintenance and expansion of coffee plantations in southern Minas Gerais.

Keywords: Coffee. Banks. Southern Minas Gerais.



A gênese dos bancos mineiros

O primeiro banco fundado em Minas Gerais no século XX foi o Banco de Guaxupé em 1909, localizado na região Sul do estado. Até então, Minas contava com apenas uma instituição bancária: o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, inaugurado em 1889 na cidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata. Este não foi o único banco criado em Minas nos oitocentos, mas foi o único que sobreviveu às crises do fim do século e alcançou o alvorecer do século XX¹.

Outros bancos foram criados em Minas no século XIX. Até a instalação da República, Minas conheceu seis instituições bancárias², e até o ano seguinte foram fundadas mais duas³, totalizando nove bancos mineiros no século XIX. Porém, o Credireal, como era conhecido, aparenta ter dado início à fase bancária de Minas Gerais⁴. O banco foi financiado principalmente pelo capital agrário local, com o intuito de apresentar à agricultura mineira opções facilitadas de empréstimos sobre hipotecas e penhor agrícola. Seus fundadores eram Bernardo Mascarenhas, Francisco Batista de Oliveira, João Ribeiro de Oliveira e Souza, Marcelino de Brito Ferreira de Andrade (Visconde de Monte Mário) e José Joaquim Monteiro da Silva (Barão de Santa Helena).

Seu capital quando da fundação era de 500:000\$000, 2 anos depois era de 3.000:000\$000, em 1898 passou a ser 7.000:000\$000, e em 1929 alcançou a cifra de 25.000:000\$000⁵. O Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S/A comprou mais de 2/3 das ações em 1911, controlando o Credireal até 1913, quando vendeu as ações para o governo do estado por 4.000:980\$000. Em 1926, o tesouro estadual possuía 66,54% das ações, aumentando para 68,61% em 1929 (Bastos, 1997). Nas imagens abaixo, é possível verificar a mudança da sede pela qual passou o banco, entre 1903 e 1931.

¹ Como foi o caso do Banco Territorial e Mercantil de Minas, inaugurado em Juiz de Fora por um grupo de fazendeiros em 1887, alcançou 3 filiais além da sede, sendo vendida em 1894 para a Cia. de Destilação Central do Rio de Janeiro.

² Caixa Econômica Particular de Ouro Preto (1838), Casa Bancária de João Batista Machado (1860), Casa Bancária de Custódio de Almeida Magalhães (1860), Caixa Econômica Mineira (1875), Caixa Econômica (Federal) de Minas Gerais (1887), Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais (1887).

³ O Banco Provincial de Minas Gerais (1889) e o Banco de Minas Gerais (1890).

⁴ A despeito das poucas análises sobre os bancos em Minas Gerais, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais constituiu um caso singular, tendo sido alvo de algumas pesquisas. É o caso de Ribeiro (1990), Alvarenga Filho (1976) e Sá (s.d).

⁵ Dados considerados até a década de 1920. Para conhecer toda a evolução do capital do banco, que vai até 1994, consultar Bastos (1997).



**Figura 2 – Sede do Banco de Crédito
Real de Minas Gerais, 1931**



**Figura 1 – Antiga sede do Banco de
Crédito Real de Minas Gerais, 1903**



Fonte: <http://wawiltonaraujo.blogspot.com/2014/02/banco-de-credito-real-sa.html>



Dessa forma, para além da insuficiência da rede bancária antes da República, Carlos Alfredo Hasenbalg e Clóvis Brigagão (1970) destacam a total ausência de atividade bancária em Minas Gerais nesse período. Tal afirmação pode ser explicada por alguns fatores conjunturais do final dos oitocentos. Primeiro, é inegável o crescimento da demanda por moeda que ocorreu após a abolição, uma vez que a reorganização das formas do trabalho provocado pelo ocaso da escravidão suscitou uma reorganização também da estrutura produtiva, utilizando, a partir daí, a moeda como uma das formas de remuneração. A liquidez necessária para a monetização dos salários passou a exigir uma rede financeira minimamente organizada, capaz de atender a esse novo contexto (Pires, 1993; Franco, 2014).

Foi a partir de 1850, com o fim do tráfico de escravos, que os capitais até então invertidos na compra de cativos africanos ficaram disponíveis para outras aplicações financeiras, como ofertas de crédito. Foi nesse contexto que surgiram novos bancos, acompanhados pela promulgação do Código Comercial e da Lei de Terras⁶. O Código Comercial legitimou a profissão de banqueiro⁷, bem como regimentou o funcionamento dos bancos e seus contratos⁸.

Para São Paulo, tal desenvolvimento financeiro, que impulsionou a formação de bancos (Saes, 1986), cumpriu duplo papel no desenvolvimento econômico, pois além de diversificar os ativos financeiros, contribuiu para o próprio incremento da economia cafeeira, na medida em que essa passou a transbordar recursos para os diversos setores como indústrias, serviços e modernização urbana⁹. Não obstante, a expansão cafeeira que Minas conheceu na segunda metade do século XIX demandava mais das fontes de crédito voltadas à agricultura do que havia disponível, sobretudo nas figuras do comissário e do capitalista.

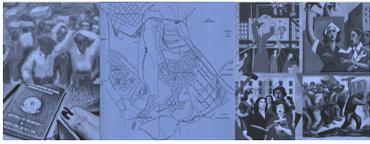
O comissário, ou as casas comissárias, cumpriam a função inicial de intermediário entre a produção e exportação dos itens agrários. Com a expansão da

⁶ A lei n.º 556 de 25 de junho de 1850 criou o Código Comercial e a legislação de n.º 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentou a Lei de Terras.

⁷ “Art. 119 – São considerados banqueiros os comerciantes que têm por profissão habitual do seu comércio as operações chamadas de Banco”. (Código Comercial, 2019).

⁸ “Art. 120 - As operações de Banco serão decididas e julgadas pelas regras gerais dos contratos estabelecidos neste Código, que forem aplicáveis segundo a natureza de cada uma das transações que se operarem. [...] Art. 285 - Os depósitos feitos em bancos ou estações públicas ficam sujeitos às disposições das leis, estatutos ou regulamentos da sua instituição”. (Código Comercial, 2019).

⁹ Tannuri (1977) demonstra que São Paulo fundou nada menos que 19 bancos entre 1882 e 1900.

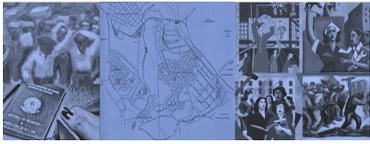


produção agrária, os comissários, quase sempre oriundos do Rio de Janeiro, passaram a desempenhar o papel de fornecedores do crédito necessário para a empreitada, devido à escassez de um sistema bancário que cumprisse tal papel (Pires, 1993; Pinheiro, 2017). O capitalista, por sua vez, era um agente emprestador de capital a juros, geralmente local, mas frequentemente sem exercer com exclusividade essa função. Os capitalistas podiam ser comerciantes, fazendeiros, industriais, etc., configurando uma alternativa ao crédito, mas com juros nem sempre agradáveis aos demandantes (Saes, 1986). Nem os comissários nem os capitalistas foram capazes de atender a demanda por moeda, já que esses agentes imobilizavam seus recursos nas plantações, comprometendo seu capital de giro e, conseqüentemente, a lucratividade de seus negócios (Franco, 1989; Pires, 1993).

Dessa forma, a pressão dirigida a esses agentes que até então financiavam a economia destacava a ausência de uma rede financeira articulada capaz de atender à demanda de dinheiro das paragens interioranas. Essas localidades só não estavam isoladas dos mercados monetários dada a insuficiente ligação que os comissários faziam com as praças cariocas. Por outro lado, a respeito da origem do capital que abastecia Minas Gerais durante o Império, Francisco Iglesias (1958, p. 195) afirma que as regiões mineiras com comércio mais desenvolvido, notadamente a Zona da Mata e o Sul, mantinham estreitas ligações com o Rio de Janeiro, utilizando-se de seus “inúmeros e sólidos” estabelecimentos bancários. Não é difícil compreender, portanto, o interesse que os bancos fluminenses possuíam em conter a constituição de bancos mineiros, o que estancaria os recursos que afluíam para aquelas praças.

No fim do século XIX, havia a clara necessidade de monetizar a economia mineira por três motivos principais: 1) para financiar a produção agrícola, sobretudo do café no Sul e na Mata, garantindo o capital de giro das unidades 2) para promover o assalariamento possibilitado pelo fim do trabalho escravo¹⁰, e 3) para fugir dos limitados e caros recursos dos prestamistas locais, com a intenção de garantir uma estrutura financeira própria capaz de diversificar e distribuir os recursos para financiamento das atividades econômicas locais.

¹⁰ O assalariamento não foi o regime de trabalho imediatamente adotado em sua amplitude após o fim da escravidão. Outras formas de contrato como parcerias, meiação, etc, tiveram vez com os trabalhadores livres. No entanto, findo o regime escravocrata, estava colocada a necessidade de monetizar a economia para possíveis ou futuros pagamentos de salários, como se vê no trabalhador por jornada, ou seja, o pagamento do “jornal”.



A criação dos bancos no final dos oitocentos visava cumprir essas tarefas, ainda que sua tentativa tenha sido frustrada pelas crises ocorridas logo em seguida, como a do Encilhamento (Schulz, 2013), a da cafeicultura¹¹ e a bancária de 1900¹². O período conhecido como Encilhamento teve início em 1890, quando um decreto de Rui Barbosa, então ministro da Fazenda da recém instaurada República, determinou a emissão de moeda para expansão do crédito sem lastro, a níveis nunca vistos, causando uma explosão de novas empresas, muitas delas fantasmas. Conseqüentemente, foi instalada uma crise inflacionária sem precedentes, dando início a uma série de falências e à primeira crise do sistema financeiro nacional.

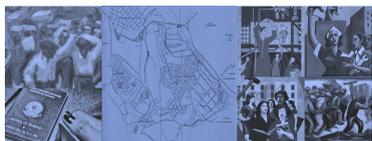
A Caixa Econômica de Minas Gerais, inaugurada em 1887 em Ouro Preto, viu no Encilhamento o motivo de seu fechamento em 1903. No mesmo ano, em 1887, foi inaugurado em Juiz de Fora, por um grupo de fazendeiros, o Banco Territorial e Mercantil de Minas, alcançando 3 filiais além da sede, sendo vendido em 1894 para a Cia. de Destilação Central do Rio de Janeiro (Bastos, 1997), em virtude de falência a partir das operações especulativas realizadas no cenário do Encilhamento (Croce; Silva, 2020).

Em 1889, em Ouro Preto, foi criado o Banco Provincial de Minas Gerais, mudando seu nome em 1890 para Banco de Minas Gerais e já com um capital de 3.000:000\$000. Este mudou sua sede para o Rio de Janeiro no ano seguinte, e decidiu pela liquidação amigável, tendo sido tragado pela crise do Encilhamento em setembro de 1892 (Bastos, 1997). O Banco de Cataguazes, na Mata mineira, abriu suas portas em 1890 e as fechou em 1893, tendo sido prejudicada pela crise do Encilhamento. Pouco se tem notícias sobre o Banco dos Operários de São João Del Rey, inaugurado em 1890 (Bastos, 1997).

O Banco Popular de Minas, criado também em São João Del Rey em 1891, encerrou suas atividades com a crise do Encilhamento, uma vez que seu maior acionista era o Banco Territorial e Mercantil de Minas, tendo falido os dois no mesmo período.

¹¹ A partir de 1897, verificou-se uma crise cafeeira provocada pela superprodução e uma conseqüente queda nos preços, que durou até 1910, cuja tendência ao declínio baixou o preço por arroba de pouco mais de dezenove mil réis para aproximadamente sete.

¹² Após o Encilhamento, os governos que se seguiram, de Prudente de Moraes e de Campos Sales, buscaram implementar uma política econômica contracionista para minimizar os efeitos da crise, fato que acabou por dar início à chamada Crise Bancária de 1900, que solapou bancos Brasil afora (Croce; Silva, 2020).



No mesmo ano, 1891, em Juiz de Fora, foi fundado o Banco Crédito Popular de Minas, por industriais e cafeicultores. Foi liquidado dois anos depois por falta de recursos para integralizar suas ações, comprometidas pela crise do Encilhamento (Croce; Silva, 2020).

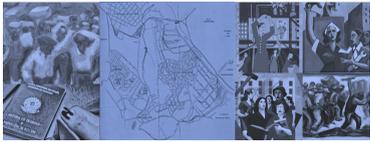
O Banco de Leopoldina, tendo sido instalado em 1891, abriu falência em 1893 dada a conjuntura do Encilhamento. Já o Banco S/A Crédito Mineiro, fundado no mesmo ano em Juiz de Fora, operava no mercado carioca, tendo encerrado suas atividades com apenas um ano de funcionamento dada a crise de numerários do Rio de Janeiro (Croce; Silva, 2020). O Banco de Ubá, também de 1891, funcionou até 1896, tendo dado constantes prejuízos provavelmente por estar relacionado ao café (Bastos, 1997).

Inaugurado em 1892 em Barbacena, o Banco União de Minas S/A tinha como incorporadores figuras políticas, produtores agrícolas e profissionais liberais, tendo sido liquidado até 1900 com data imprecisa (Croce; Silva, 2020). O último banco fundado nos oitocentos, 1892 em Juiz de Fora, o Banco Comercial de Minas Gerais não chegou a operar de fato. Na tentativa de absorver seu patrimônio falido, foi incorporado pelo Banco Territorial de Minas Gerais, que não conseguiu suprir o passivo de 8.103:625\$423 (Bastos, 1997).

Tabela 1 – Bancos inaugurados em Minas Gerais nos anos finais do século XIX

Ano	Instituição	Local	Falência
1887	Caixa Econômica de Minas	Ouro Preto	1903
1887	Banco Territorial e Mercantil de Minas	Juiz de Fora	1894
1889	Banco Provincial de Minas Gerais	Ouro Preto	1892
1889	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Juiz de Fora	não faliu
1889	Banco de Cataguazes	Cataguazes	1893
1890	Banco dos Operários de São João Del Rey	São João Del Rey	-
1891	Banco Popular de Minas	São João Del Rey	1894
1891	Banco de Crédito Popular de Minas	Juiz de Fora	1893
1891	Banco de Leopoldina	Leopoldina	1893
1891	S/A Crédito Mineiro	Juiz de Fora	1892
1891	Banco de Ubá	Ubá	1896
1892	Banco União de Minas S/A	Barbacena	-
1892	Banco Comercial de Minas Gerais	Juiz de Fora	1892

Fonte: Elaborada a partir dos dados de Bastos (1997).



Como dito anteriormente, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, o Credireal, foi o único que conseguiu sobreviver às crises do final do XIX e alcançou o século XX em plena atividade. Entre 1893 e 1908, Minas não conheceu nenhuma nova instituição bancária até o fim da primeira década dos noventa. Assim, voltamos ao início, à criação do primeiro banco em Minas Gerais no século XX, esclarecidos sobre os bancos mineiros nos oitocentos, cuja trajetória nos servirá para compreender a conjuntura bancária mineira nas primeiras décadas do século passado.

Os bancos sul-mineiros e o café

O primeiro banco em Minas Gerais a ser inaugurado no novo século foi o Banco de Guaxupé, no Sul de Minas, em 1909. Guaxupé então já se configurava como uma cidade marcada pela produção de café¹³, tendo impulsionado sua dinamização pela estação da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, inaugurada em 1904. Antes transportado em carros de boi e muares até as estações paulistas (Oliveira; Grinberg, 2007), o café alastrou-se com rapidez na região, estimulado também pela atratividade dos preços, bem como das terras próprias para o plantio da planta, mais viáveis que as do lado paulista, e ainda pela mão de obra, mais acessível e barata (Oliveira; Grinberg, 2007).

Incentivados pela Companhia Mogiana, que logo chegou nas cidades vizinhas à Guaxupé: Guaranésia, Monte Santo e Muzambinho (Pereira, 2005), essas cidades também fundaram seus bancos, conforme demonstra a Tabela 2. Tal fato aponta para uma correlação entre café, estações ferroviárias e instituições bancárias nas cidades sul-mineiras¹⁴.

¹³ Para o ano de 1885, o Almanak Laemmert (1885, p. 462) publicou que já “cultivava-se muito café, principal cultura da freguesia, seguindo-se lã e algodão”.

¹⁴ Vale lembrar que a dinamização da economia proporcionou a emancipação de Guaxupé, desmembrada de Muzambinho, em 1911; Guaranésia em 1901, desmembrada de Muzambinho e Jacuí; Monte Santo em 1892, desmembrado de Jacuí; e Muzambinho em 1880, desmembrado de Cabo Verde.

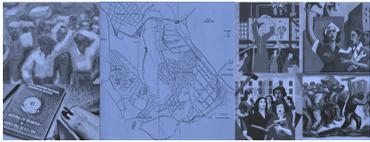


Tabela 2 – Instituições bancárias fundadas no Sul Minas Gerais de 1909 a 1920

Instituições Bancárias	Sede	Fundação ¹
Banco de Guaxupé	Guaxupé	1909
Casa Bancária Odilon Freire & Cia	Guaranésia	1913
Banco Comércio e Lavoura de Muzambinho	Muzambinho	1914
Casa Bancária Alves, Pereira e Cia	Guaranésia	1914
Banco Santaritense S/A	Santa Rita do Sapucaí	1917
Banco Comercial de Alfenas S/A	Alfenas	1918
Banco de Monte Santo S/A	Monte Santo de Minas	1918
Banco de Paraguaçu S/A	Paraguaçu	1919

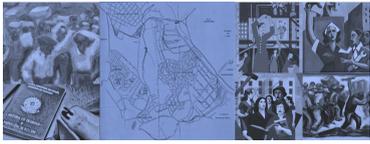
Fonte: Elaborada a partir dos dados de Bastos (1997).

Não se tem muitas informações sobre o Banco de Guaxupé, porém sabe-se que seu capital em 1925 era de 300:000\$000, que ainda existia em fins de 1929 e que estava em liquidação em 1936 e 1937. Seus liquidantes eram Urbano Leite Ribeiro, até 1936, e Francisco de Oliveira Lessa, no ano seguinte (Bastos, 1997). Um jornal editado em Guaranésia trouxe, ainda em 1909, a informação de que

Foi criado em Guaxupé um estabelecimento bancário que bons serviços irá prestar àquela praça. A sua diretoria ficou assim composta: Presidente, Antonio Costa Monteiro; gerente Bento Ribeiro Ferraz. Conselho fiscal – efetivos: Norberto Ribeiro do Valle, Bartholomeu Vomero e Oswaldo Dias Ferra; suplentes: Luiz Costa, Joaquim Costa Filho e Americo Costa. (Jornal Monitor Mineiro, 1909, nº 370).

Da mesma forma, uma propaganda publicada no periódico guaxupeano, Figura 3, noticia sobre as operações do banco, declarando que a instituição “faz adiantamentos

¹⁵ Tanto a Casa Bancária Odilon Freire & Cia quanto a Casa Bancária Alves, Pereira e Cia, ambas de Guaranésia, constam nos dados de Cláudio Bastos (1997) com datas de fundação desconhecidas. No entanto, a partir de análise de jornais locais, foi possível precisar o ano de início das atividades dessas duas instituições.

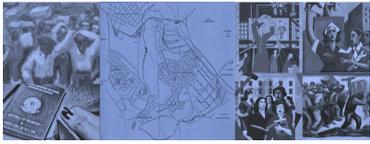


XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

à lavoura sobre letras”. Tal afirmativa demonstra que a intenção do banco era também fornecer crédito aos fazendeiros, disponibilizando financiamento e numerário aos produtores rurais.

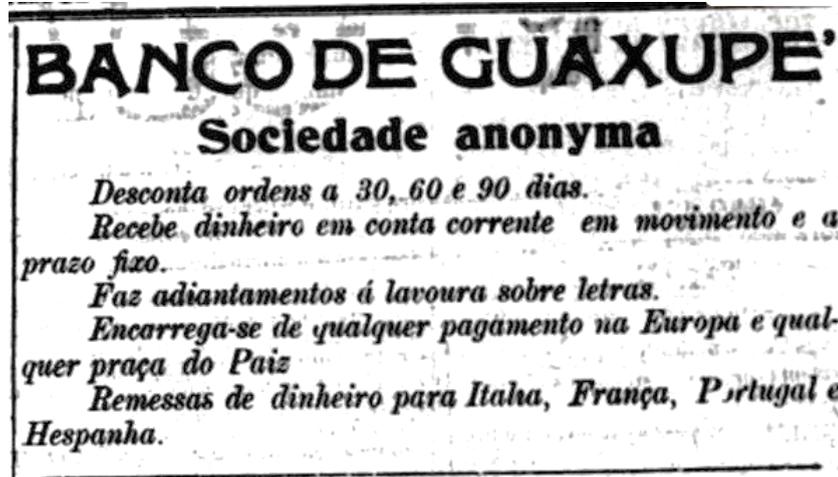


XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

Figura 3 – Banco de Guaxupé



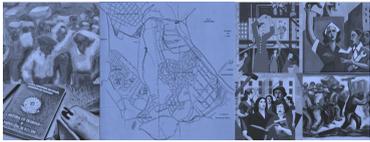
Fonte: Jornal O Guaxupé, 1912, edição 16.

Pouco tempo depois, foi a vez de Guaranésia fundar sua instituição bancária, em 1913. A Casa Bancária Odilon Freire & Cia ainda existia em 1925, quando detinha um capital de 100:000\$000. Esta, ao contrário do Banco de Guaxupé, conforme a Figura 4, não trazia nenhuma menção à lavoura. No entanto, a própria trajetória de Odilon Freire como homem de negócios estabelece sua relação direta com a indústria e a cafeicultura. O proprietário figurava entre os compradores de café (Jornal Monitor Mineiro, 1923, nº 650), além de ter sido acionista da S.A. Guaranésia Industrial (com um total de 20 ações que somavam 10:000\$000 (Jornal Monitor Mineiro, 1923, nº 672)) e agente de companhia de seguros (Jornal Monitor Mineiro, 1925, nº 727).

Freire chegou a mudar-se para Santos¹⁶, nomeando procuradores para gerirem sua casa bancária¹⁷. Sua estadia na cidade portuária rendeu-lhe bons frutos, de maneira que brevemente sua casa bancária passou a ser representante da S.A. Comissária de Santos (Figura 5), e logo em seguida o guaranesiano apresentava na praça de sua cidade natal a Odilon Freire & Cia, sua própria casa comissária sediada em Santos (Figura 6).

¹⁶ “Depois de alguns dias de estada nesta cidade, com sua exma. Família, seguiu novamente para Santos, onde está residindo temporariamente, o sr. Odilon Freire, banqueiro nesta praça”. Jornal Monitor Mineiro, 1924, nº 690. “Comunicado: O sr. Odilon Freire, comissário residente em Santos, teve a gentileza de nos comunicar a mudança de sua residência [...] onde continua à disposição de seus amigos” (Jornal Monitor Mineiro, 1925, nº 743).

¹⁷ “Comunico à praça em geral que conferi procuração aos srs. Arthur Cypriano Freire e Mario Belarmino de Souza, para na minha ausência, gerir minha Casa Bancária, valendo a assinatura conjunta dos mesmos” (Jornal Monitor Mineiro, 1924, nº 704).



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas

Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

Figura 4 – Casa Bancária Odilon Freire & Comp.

Casa Bancaria
Odilon Freire & Comp.
L. DA MATRIZ, 102 TELEPHONE. 17
Emprestam dinheiro a juros modicos. Aceitam saques a 30, 60 e 90 dias, sobre as praças de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro.
Fazem passe de qualquer quantia para Portugal, Hespanha, Paris, Londres, Italia e Turquia.
Aceitam dinheiro em conta corrente e a prazo fixo.
GUARANESIA - MINAS

Fonte: Jornal Monitor Mineiro, 1913, nº 444.

Figura 5 – S.A Comissária de Santos com Casa Bancária Odilon Freire como representante em Guaranésia.

S. A. COMMISSARIA DE SANTOS
* COMMISSÕES DE CAFÉ *

RUA 15 DE NOVEMBRO, 161
Santos

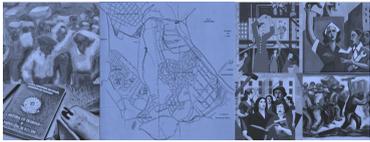
CAIXA POSTAL, n. 505
Santos

Está perfeitamente aparelhada a collocar os cafés recebidos em consignação aos melhores preços do mercado.
Faz adiantamentos elevados sobre os conhecimentos de café bom.
Fornece toda a saccaria para o transporte dos cafés.
Vende os cafés somente de accordo com instrucções dos committentes.
Mantem cerrada correspondencia com os seus freguezes, trazendo-os sempre ao par das oscillações do mercado.

REPRESENTANTE: - CASA BANCARIA ODILON FREIRE.
GUARANESIA - - SUB de MINAS

Fonte: Jornal Monitor Mineiro, 1926, nº 782.

Figura 6 – Odilon Freire & Cia



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

ODILON FREIRE & Cia. COMMISSARIOS
Rua Cidade de Toledo, 25 ☎ Caixa Postal, n. 760
TELEPHONE 2-3-1-8
Endereço Telegraphico - ODIFR.
SANTOS

AVISO Para boa orientação de nossos committentes, cumpre-nos fazer sciente que a nossa casa : fornece toda saccaria para as remessas de café, debitando-a em conta corrente e creditando-a pelo mesmo preço, quando devolvida, nada cobrando pelo carreto até á Estrada de Ferro; fazem adeantamentos contra café ou conhecimentos em seu poder, em limite que fôr ajustado na accasão ; pelo ensaque, carreto, seguro contra fogo, etc., cobram apenas a taxa de 1\$200 por sacca; pela retribuição ao seu trabalho, cobram sómente a comissão de 3 % sobre o producto da venda; não cobram juros sobre os fretes e taxa-ouro pagas e de mais despesas ocasionadas pelo café, cobrando unicamente sobre os adeantamentos feitos, na razão de 12 % ao anno; no empenho de trazer seus committentes sempre ao par das condições do mercado dispõe-se, por conta delles, a dar-lhes informações diárias sobre as cotações, por telegramma : desejam que todos os conhecimentos de café que lhes forem despachados devam vir devidamente endossados.

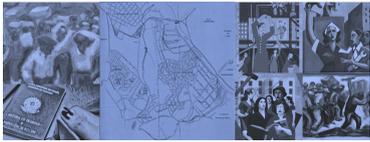
Sendo o nosso armazem, nesta cidade, situado na Companhia Docas de Santos. pedimos que todos os despachos que tenham de fazer para a nossa casa, sejam feitos conforme a declaração a abaixo :

ODILON FREIRE & CIA. — SANTOS — DOCCA.
Odilon Freire & Cia.

Fonte: Jornal Monitor Mineiro, 1927, nº 853.

Logo depois, em 1914, houve uma crise financeira, estimulada pelo início da Primeira Guerra Mundial. Na tentativa de barrar a corrida bancária por receio de queda da moeda nacional, e as consequentes quebras e falências em decorrência do pânico, o governo chegou a decretar feriados nacionais de 3 a 15 de agosto e moratória no dia 15 do mesmo mês, o que constituiu a primeira prova de fogo para as instituições financeiras recém-fundadas (Costa, 1978; Siqueira, 2007). No entanto, nem o Banco de Guaxupé nem a Casa Bancária Odilon Freire parecem ter sido profundamente afetadas pela crise. Para além dessas, duas novas instituições bancárias foram fundadas em 1914, demonstrando que se a crise financeira alcançou o Sul de Minas ela logo foi superada.

Portanto, em 1914, Guaranésia conhecia seu segundo banco, a Casa Bancária Alves, Lima & Cia, que posteriormente mudou de nome para Alves, Pereira & Cia (Jornal Monitor Mineiro, 1925, nº 725). Entre 1921 e 1925, teve como capital a quantia de 500:000\$000. Além disso, teve como sócios gerentes o Doutor Alberto José Alves e



José Nardi, como sócios solidários Alberto José Alves, José Nardi e Augusta Ferreira Pereira Dias¹⁸.

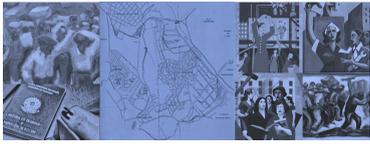
Assim como Odilon Freire, o italiano José Nardi também era um homem de negócios, sempre presente entre as matérias propagadas nos jornais de Guaranésia. O jornal Monitor Mineiro, por exemplo, declarava em 1912, isto é, antes da fundação da casa bancária, a organização de uma sociedade comercial de propriedade de Elizeu Pardini e José Nardi (Jornal Monitor Mineiro, 1912, nº 437):

Declaramos a esta e às demais praças com que mantemos relações comerciais, que nesta data organizamos uma sociedade comercial, que girará sob a razão social de PARDINI & NARDI, para compra e venda de café, exploração de benefício de café, serraria e compra e venda de materiais para construção, sendo o capital de 15:000\$000. Dentro de 15 dias será montada uma magnífica máquina Amaral, para benefício de café, devendo em breve ser montados outros maquinismos para exportação do ramo para o qual foi fundada a sociedade referida. Declaramos mais que desde já aceitamos café da futura safra para ser beneficiado.

Além da sociedade, Nardi, o “banqueiro, industrial e fazendeiro”, era ainda 1) comprador de café (Jornal Monitor Mineiro, 1922, nº 614), 2) acionista da S.A. Guaranésia Industrial (com um total de 100 ações que somavam 50:000\$000 (Jornal Monitor Mineiro, 1923, nº 672), tendo sido conselheiro fiscal da mesma por 6 anos (Jornal Monitor Mineiro, 1923, nº 686) e depois gerente, e sócio do Banco de Varginha (Jornal Monitor Mineiro, 1925, nº 726)), 3) proprietário de máquina de beneficiar café (Jornal Monitor Mineiro, 1927, nº 822), 4) dono de 100.000 pés de café em 1927 (Jornal Monitor Mineiro, 1927, nº 829), 170.000 pés em 1929 (Jornal Monitor Mineiro, 1929, nº 922) e 356.000 pés em 1933 (Jornal Monitor Mineiro, 1933, nº 1.099). Nardi chegou a ser 5) vereador de Guaranésia (Jornal Monitor Mineiro, 1927, nº 848) e 6) dono de casa comissária em Santos¹⁹.

¹⁸ Em 1959 passou a ser controlada pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A, que foi autorizado a concentrar seu fundo de comércio 5 anos depois. (Bastos, 1997, p. 68).

¹⁹ “Sob a firma social de *Alves, Ribeiro & Cia. Ltda.*, e com o capital de dois mil contos de reis, acaba de ser organizada em Santos, para o comércio de café, uma nova casa comissária, da qual fazem parte os srs. Dr. Alberto José Alves, [...], José Nardi, [...]. A gerência desse novo e importante estabelecimento foi confiada aos srs. Dr. Alberto José Alves, José Nardi e Elias Alves Filho que, dispondo de longa prática



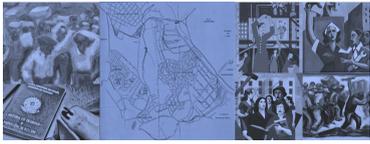
Também em 1914, abria as portas o Banco Comércio e Lavoura de Muzambinho. Sem muitas informações, sabe-se apenas que seu capital em 1925 montava a 700:000\$000, que alcançou uma agência em Nova Rezende, que ainda existia em 1935 (Bastos, 1997) e que teve José Bráz Cesarino Filho como gerente, pelo menos em 1933 (História de Muzambinho, 2019). Porém, como o próprio nome da instituição sugere, o banco deve ter sido criado com intenção de fornecer crédito às lavouras da cidade e região. Muzambinho foi destacada dentre as vilas mais importantes de Minas, segundo o Almanak Laemmert de 1909 (Almanak Laemmert, 1909 p. 434). Situada em “zona muito cafeeira”, onde cultivava-se “café, cana e cereais”, sendo que “a exportação de café em 1906 foi de 200.000 sacas” (Almanak Laemmert, 1909 p. 513), a cidade recebeu uma estação da Cia Mogiana em 1913 (Estações Ferroviárias do Brasil, 2019), o que concorreu para a expansão cafeeira na localidade.

Em 1917 era a vez de Santa Rita do Sapucaí fundar seu próprio banco, o Banco Santaritense S/A, a partir da iniciativa do coronel Francisco Moreira da Costa com seu tio Joaquim Inácio Ribeiro. Costa, cafeeiro santa-ritense, viu na prosperidade do café a chance de conquistar novas fortunas, dando início à sua carreira como banqueiro, mas sem abandonar as lavouras cafeeiras. Santa Rita, também qualificada entre as cidades mais importantes segundo o Almanak Laemmert de 1909 (p. 576), detinha uma economia baseada na produção agrícola, sobretudo na plantação do fumo (Empório de Notícias, 2019), até a chegada da estrada de ferro, em 1894. A partir daí o café passou a ganhar espaço entre os lavradores da localidade. Em 1909, a indústria santa-ritense consistia em máquinas de beneficiar arroz e café, máquinas de café e engenhos de cana, além de duas fábricas de massas (Almanak Laemmert, 1909, p. 577).

As terríveis geadas de 1918 destruíram boa parte das lavouras Brasil afora e em Santa Rita não foi diferente²⁰. Apenas um cafeeiro do município logrou escapar dos prejuízos: não outro senão o próprio Francisco Moreira da Costa. Desta feita, o cel. “Chico Moreira” conseguiu negociar seu café a preços altos, tornando-se um dos cafeeiros mais poderosos da região. Seu banco, a partir de então, passou a financiar

desse ramo de negócio, oferecem, por isso, a máxima garantia aos srs. comitentes.” (Jornal Monitor Mineiro, 1927, nº 835).

²⁰ Sobre a geada, Costa (1978, p. 31) diz que “em Minas Gerais foi a Zona Sul a que mais sofreu com o forte fenômeno”.



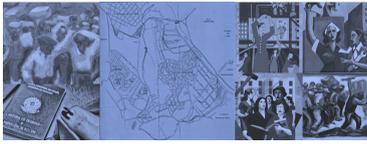
os produtores que haviam perdido suas lavouras (Empório de Notícias, 2019). Dessa forma, em 1919, o capital do banco era da ordem de 200:000\$000; em 1925, de 2.000:000\$000; e no ano seguinte, 4.000:000\$000. Em 1937, teve sua liquidação determinada, tendo como liquidante Francisco Moreira da Costa. Ainda nesse ano, o Banco Santaritense foi encampado pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A (Bastos, 1997).

Apesar da geada, dois bancos foram fundados em 1918 e um em 1919, os últimos da segunda década dos novecentos. O primeiro foi o Banco Comercial de Alfenas, primeiro como sociedade limitada, depois como sociedade anônima, em 1930. Tendo sua sede em Alfenas, alcançou mais 6 agências no seu período de funcionamento, sendo elas em Cabo Verde, Campos Gerais, Três Pontas, Machado, Muzambinho e Passos, todas também no Sul de Minas e todas notadamente cafeeiras.

Nelson Carvalho de Senna, descrevendo a cidade nos idos de 1909 (História de Alfenas, 2019, p. 13), considerava que “a quase totalidade das casas tem os seus quintais bem plantados de árvores frutíferas, onde se destacam as mangueiras. Em todos eles há uma intensiva plantação de cafeeiro, que fornecem um dos melhores, ou talvez, o melhor café de Minas”. Enfatizando o café, Senna complementou alegando que “Alfenas tem um cafeeiro célebre que em tempos deu 8 alqueires de café, o que foi consignado no arquivo da municipalidade”. No mesmo ano, o Almanak Laemmert (1909, p. 433) colocou a cidade dentre as mais importantes, caracterizando-a como zona pastoril e agrícola.

Em 1917, as principais lavouras alfenenses eram a de café, cereais e cana. As indústrias centrais envolviam laticínios, com comércio de manteiga e macarrão, e pastos com gado vacum, suíno e arreios. A cidade exportava toucinho, café, queijo, manteiga e cereais (Frade, 1917, p. 16). Segundo Marcos Lobato Martins (2014), a acumulação de homens de fortuna locais, proporcionada pelas atividades agropecuárias, possibilitou a criação do Banco de Alfenas.

Em 1921, seu capital era de 500:000\$000, chegando a 5.000:000\$000 em 1937. A Figura 14, expondo uma propaganda do banco num jornal local, demonstra um capital de 3.000:000\$000 em 1931. Teve como presidente João Leão de Faria (1921-38), como diretor e gerente Amâncio Lemes (1930-4 e 1921-30 respectivamente),



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

como gerente e gerente geral Fausto Ribeiro de Prado (1936-7 e 1931-5, respectivamente) (Martins, 2014, p. 98), cujos nomes também podem ser visualizados na Figura 7. Em 1939, foi encampado pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A.

Figura 7 – Propaganda do Banco Comercial de Alfenas

Banco Comercial de Alfenas

Presidente: Dr. João Leão de Faria | Capital . . . 3.000.000\$000 | Diretor: Amácio Lenas

Matriz : Alfenas, Praça Municipal, 219 | Agências: CABO VERDE, CAMPOS GERAIS, MACHADO, TRÊS PONTAS

Paga as seguintes taxas para os depósitos de dinheiro:

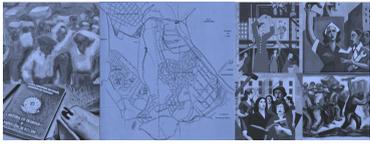
Prazo fixo	De tres meses	5 por cento ao ano	Contas correntes	De movimento	2 por cento
	De seis meses	6 " " " "		De aviso	4 por cento
	De doze meses	7 " " " "		Com limite de R\$500	5 por cento
	De vinte e quatro meses	8 " " " "			

Faz todas as operações bancarias, exceto cambio | Juros capitalizados em 30 de Junho e 31 de Dezembro

Fonte: O Alfense, 3 de novembro de 1931.

Em 1918 foi igualmente fundado o Banco de Monte Santo S/A, em Monte Santo de Minas. Também destacada dentre as cidades mais importantes como região cafeeira e vinícola, segundo o Almanak Laemmert de 1909 (p. 434), Monte Santo estabeleceu uma estação de igual nome, da Rede Sul Mineira, em 1913. Estando ao lado de Guaxupé e Guaranésia, a cidade configurava um importante centro produtor de café. Assim, um trecho do relatório destinado aos acionistas, publicado no Jornal Monitor Mineiro (1923, nº 657), permite depreender que um dos objetivos (senão o objetivo) do banco era fornecer crédito à lavoura:

Apesar da diminuta safra de café do ano passado findo, no nosso município e como foi também nas demais zonas, os nossos negócios durante o exercício não sofreram relativamente diminuição como poderão examinar pelas principais rubricas do nosso balanço, que passamos a mencionar.



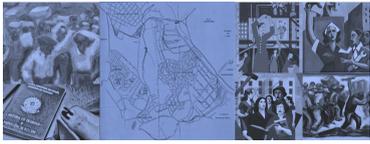
O capital do banco somava 1.000:000\$000 em 1925. Teve como presidente Francisco Paulino da Costa²¹ (1926-32) e Pedro Paulino da Costa (1932-45); como gerente Pedro Paulino da Costa (1926), Tomé Elisio de Freitas (1925), João Nantes Junior (1939-44) e Antonio Mafra Ribeiro (1943-4); e como secretário Francisco Castejón (1926). Tendo encerradas suas operações, o banco, que chegou a encampar a Casa Bancária Bernardino Nantes, foi encampada pelo Banco Itaú S/A com sede em São Paulo, em 1945. No ano seguinte foi processada a liquidação final (Bastos, 1997).

A última instituição fundada na década de 1910 foi o Banco de Paraguaçu S/A, em 1919, na cidade homônima. O café na localidade foi introduzido por volta de 1885, logo ganhando destaque enquanto pauta de produção, sendo a principal junto à cana e os cereais em 1911, quando da emancipação da cidade (História de Paraguaçu, 2019). Em 1920, o capital do banco somava 150:000\$000, dobrando no ano seguinte para 300:000\$000 e aumentando em 1922 para 500:000\$000. Teve como presidente Marcos de Sousa Dias (1923-26), como diretor gerente e vice-presidente José Cristiano do Prado (1921 e 1923-6, respectivamente), Luis Ferreira do Prado (1923-6) e Antônio Teixeira Resende (1927-32) como gerente, e Nestor Eustáquio de Andrade (1923-30) como diretor secretário (História de Paraguaçu, 2019). Infelizmente não foi possível localizar quaisquer desses homens para estabelecer relações entre seus negócios e o banco. O Banco de Paraguaçu acabou incorporado ao Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A em 1940, e dois anos depois tinha suas contas da liquidação aprovada.

Considerações finais

A fase de formação de uma rede bancária no Sul de Minas Gerais caracteriza-se então pelo estabelecimento de seis instituições bancárias na região, no período compreendido entre 1909, data de fundação do primeiro banco no estado, e 1920. É importante destacar a relação entre bancos, café e estações ferroviárias, descrita para cada localidade que fundou sua própria instituição nesse período. Ademais, faz-se importante ressaltar ainda que os homens de negócio, sempre que identificados,

²¹ Apontado como agricultor pelo Jornal Monitor Mineiro (1925, nº 761).



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

mantinham relações estreitas com a produção e comércio de café, fazendo também parte do financiamento das lavouras por meio de uma instituição bancária própria.

Assim, é possível afirmar que as fortunas abriam espaço para o surgimento dos primeiros bancos locais, cujas oportunidades proporcionavam grandes riquezas na diversificação dos negócios. Num exercício contrário, é possível apontar para uma conexão direta entre café e bancos, no sentido de que o acúmulo de riqueza proporcionado pelos cafezais permitia o estabelecimento de bancos locais. Estes, por sua vez, financiavam as lavouras, sobretudo o café, fazendo da planta o principal item de comércio e exportação da região Sul de Minas Gerais, possibilitando com isso o acúmulo de fortunas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAK LAEMMERT. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1885 e 1909.

BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Instituições Financeiras de Minas (1819-1955)*. Embalart Editora Gráfica Ltda. Belo Horizonte, 1997.

CÓDIGO COMERCIAL. Lei nº 556, de 25 de junho de 1850. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm>. Acesso em fevereiro de 2019.

COSTA, F. N. *Bancos em Minas Gerais. 1889-1964*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1978.

CROCE, Marcus Antônio; SILVA, Cláudia Cristina da. *Uma revisão da história bancária de Minas Gerais no século XIX*. Disponível em <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/uma-revisao-da-historia-bancaria-de-minas-gerais-no-seculo-xix.pdf>>. Acesso em maio de 2020.

DECRETO Nº 434, de 4 de Julho de 1891. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-434-4-julho-1891-504758-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em fevereiro de 2019.

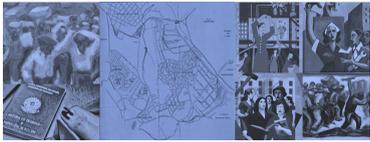
EMPÓRIO DE NOTÍCIAS. *O cultivo do café em Santa Rita*. Disponível em <<http://www.emporiodenoticias.com/o-cultivo-do-cafe-em-santa-rita/>>. Acesso em julho de 2019.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. *Cia. Mogiana de Estradas de Ferro (1913-1966)*. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/mmg/muzambinho.htm>>. Acesso em julho de 2019.

GRADE, P. *Diccionario Chorographico e Estatística Chorographica de Distancias do Estado de Minas Gerais*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.

FRANCO, M.S. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3 ed., São Paulo: Kairós, 1983.

FRANCO, Gustavo H. B. A primeira década republicana. In: PAIVA, Marcelo Abreu. *A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HASENBALG, Carlos Alfredo e BRIGAGÃO, Clóvis. *O setor financeiro no Brasil: aspectos históricos*. Rio de Janeiro: Dados, 1970.

HISTÓRIA DE ALFENAS. Disponível em <
http://epidemiologia.alfenas.mg.gov.br/download/historia_alfenas.pdf>. Acesso em janeiro de 2019.

HISTÓRIA DE MUZAMBINHO. Disponível em
<<http://historiademuzambinho.blogspot.com/p/classseparator-styleclear-both-text.html>>. Acesso em
janeiro de 2019.

HISTÓRIA DE PARAGUAÇU. Disponível em <
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/paraguacu/historico>>. Acesso em janeiro de 2019.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 195.

JORNAL MONITOR MINEIRO. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, vários números.

MARTINS, Marcos Lobato. A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. *Territórios e Fronteiras* (Online), v. 7, p. 287-320, 2014.

OLIVEIRA, José; GRINBERG, Lúcia. *A saga dos cafeicultores no Sul de Minas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PEREIRA, Reginaldo de Oliveira. *Nas margens da Mogiana: as repercussões da cafeicultura no município de Orlândia (1901-1940)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2005.

PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista - 1850/1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição*. Trad. Denis Augusto Fracalossi. – 2. ed. – São Paulo: Edusp, 2013.

SIQUEIRA, Alexis Cavicchini Teixeira de. *A história dos bancos no Brasil: das casas bancárias aos conglomerados financeiros*. Rio de Janeiro: COP Ed., 2007.

TANNURI, Luiz A. *O Encilhamento*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1977.